

2021

RELATÓRIO TÉCNICO

101

Fortalecimento da vigilância e dos acidentes, da promoção da saúde e da análise de situação de saúde.

1. IDENTIFICAÇÃO DO TC/TA

NÚMERO DO TC:	101		
TÍTULO DO TC:	Fortalecimento da vigilância e dos acidentes, da promoção da saúde e da análise de situação de saúde.		
Objeto do TC:	Fortalecimento da vigilância e dos acidentes, da promoção da saúde e da análise de situação de saúde.		
Número do processo:	25000.488903-2017-98	Número do SIAFI:	
Data de início	06/09/2018	Data de término:	06/09/2023
DETALHAMENTO DO TA	Nº	DESCRIÇÃO	VALOR (R\$)
TA:	1	recurso	R\$22.313.288,00
TA:	2	recurso	R\$6.204.660,00
Valor Total no TC:			R\$ 28.517.948,00
ÁREA TÉCNICA RESPONSÁVEL NA CONTRAPARTE			
Área técnica	Secretaria de Vigilância em Saúde - Ministério da Saúde (SVS/MS)		
Responsável:	Giovanny Vinícius Araújo de França		
Endereço:	SRTVN 701, Via W5 Norte, Ed. PO700, 6º andar CEP: 70719-040		
Telefone:	(61) 3315-7701	E-mail:	giovanny.franca@saude.gov.br
ÁREA TÉCNICA RESPONSÁVEL NA OPAS/OMS			
Área técnica	Determinantes Sociais e Riscos à Saúde, Doenças Crônicas Não Transmissíveis e Saúde Mental (UT NMH)		
Responsável:	Elisa Prieto		
Endereço:	Setor de Embaixadas Norte, Lote 19 - Brasília, DF		
Telefone:	(61) 3251-9544	E-mail:	prietoel@paho.org

2. CONTEXTO

Dados os afeitos da Covid-19 que ainda persistiram, a cooperação técnica manteve seus esforços para a produção de informações qualificadas para a tomada de decisão realizando análises de situação de saúde no tocante impacto da pandemia de COVID-19 sobre os casos de violência interpessoal notificados no Sistema de Vigilância de Violências e Acidentes – Viva Contínuo (Sinan). Ao passo que a reformulação do Programa Vida no Trânsito segue trâmites, avanços notáveis se deram na interlocução da CGDANT e a Secretaria Nacional de Trânsito onde as agendas voltadas à redução da morbimortalidade no trânsito convergem. Durante o segundo semestre de 2022, em relação à promoção da saúde, foi possível dar seguimento à articulação com o Departamento de Promoção da Saúde no desenvolvimento e ações conjuntas, fortalecer o campo da promoção da saúde junto ao Mercosul e traçar estratégias para apoiar a retomada do tema dos Objetivos de Desenvolvimento sustentável, com enfoque na interiorização e localização. Espera-se que este movimento contribua com o alcance de metas e indicadores dos ODS em articulação com a implementação da Política Nacional de Promoção da Saúde.

Em 2020, o Brasil se viu impactado pelo início da pandemia do COVID-19. O 31 de dezembro de 2019, recebe-se uma alerta sobre casos ocorridos na cidade de Wuhan província de Hubei na China. Atualmente esta pandemia se disseminou em mais de 200 países em todos os continentes. O Brasil confirma o primeiro caso em 26 de fevereiro e a primeira morte no 17 de março de 2020. Inicialmente os casos se concentraram nas grandes cidades e logo interiorizou para o restante dos municípios. Até 31 de dezembro de 2021, no Brasil, foram confirmados 22.291.507 casos de COVID-19, 21.581.668 casos recuperados e 619.105 óbitos por esta doença. No 11 de janeiro de 2021 se iniciou a vacinação, 164,80 milhões de pessoas receberam a primeira dose e 138,25 milhões receberam a segunda dose. Neste contexto o Departamento de Análise em Saúde e Vigilância das Doenças Não Transmissíveis (DASNT/SVS/MS) tem um importante papel na geração de evidências para os gestores federal, estadual e municipal para mensurar os efeitos diretos e indiretos desta pandemia; utilizando os sistemas de informação (SIM, Sinasc, Sinan, eSUS-Notifica) vem atendendo a crescente demandas por dados precisos e acurados que apoiem a implementação de políticas para enfrentamento da pandemia e para o monitoramento de indicadores em saúde em todo o país. Neste período, as atividades programadas foram realizadas visando aprimorar os processos e fluxos que são executados pelos Sistemas de Informação em Saúde; assegurando o fornecimento de materiais e insumos estratégicos; desenvolvendo parcerias para execução de projetos prioritários da área; publicando importantes obras técnicas como boletins epidemiológicos e o livro Saúde Brasil, entre outros; promovendo e articulando discussões em temas relevantes como na Classificação Internacional de Doenças junto a parceiros nacionais e internacionais, entre outros; ampliando e fortalecendo os processos de vigilância do óbito fetal, infantil, materno, de causas mal definidas, de malformações congênitas, e dos Serviços de Verificação de Óbito – SVO).

3. 1º SEMESTRE DE 2021

3.1 AVANÇOS DO PROJETO BASEADOS NOS RESULTADOS ESPERADOS

1) AVALIAÇÃO DOS RESULTADOS ESPERADOS (com base na execução do plano de trabalho anual)

Resultado Esperado (RE) (definido na Matriz Lógica)	
Nº do RE/Descrição do RE:	1 Cultura de paz promovida, ações de prevenção das violências e acidentes promovidas e Sistema de vigilância de violências e acidentes aprimorados.
Indicador(es)	
Descrição do(s) indicador(es)	Proporção de municípios com notificação de violências interpessoais e autoprovocadas. Taxa de mortalidade por acidente de transporte terrestre
Meta(s)	
Descrição da(s) meta(s)	Alcançar 85% de cobertura de municípios com notificação de violências por meio de capacitações e realização de pelo menos 1 reunião técnica anual. Elevar em 15% o número de municípios com ações de segurança viária/ Programa Vida no Trânsito por meio de realização de treinamentos e curso EAD.
Ação(ões) programada(s) e finalizada(s) para o período no Plano de Trabalho Anual	
Nº total de ações programadas para o período com base no PTA:	6
Nº total de ações finalizadas no período com base no PTA:	3

a) Comentar sobre o progresso das ações programadas no PTA

As ações aqui comentadas abordam atividades relacionadas ao Resultado Esperado (RE) 1 nos marcos dos Termos de Ajuste (TA) 1 e 2 do Termo de Cooperação 101 que iniciaram a vigência no 2º semestre de 2020, aqui apresentadas na ordem em que as Ações foram dispostas no Plano de Trabalho (PTA) deste TC.

Relativamente a apoiar ações relacionadas à vigilância e prevenção de violência e acidentes e fortalecimento da cultura de paz tem-se que, em sequência ao Fórum de DANT online e a avaliação dos Núcleos de Prevenção de Violência e Promoção da Saúde (NPVPS), iniciada no semestre anterior, foi elaborado um plano de análise para a avaliação dos dados, que será publicado em um relatório no segundo semestre de 2021. Nesse contexto, foi realizada a análise do impacto da pandemia de COVID-19 sobre a mortalidade por suicídios no Brasil, a mortalidade por homicídios e a análise da série histórica das tentativas de suicídio no Brasil, no período de 2011 a 2020. Estas análises são de fundamental importância para o direcionamento e avaliação das políticas vigentes. Sob a governabilidade desta coordenação está a Política Nacional de Redução da Morbimortalidade por Acidentes e Violências (PNRMMVA). A avaliação da PNRMMVA foi realizada em parceria com o CLAVES/FRIOCRUZ no ano de 2020. Esta cooperação técnica apresentou, para colaboração após a análise preliminar dos resultados da avaliação, a proposta de uma matriz de capacitação junto aos entes federados para o ano de 2021 com objetivo de implementar a Política Nacional de Redução da Morbimortalidade por Acidentes e Violências objeto de avaliação nos próximos anos. Ademais, realizou o mapeamento e análise das potencialidades e evidências da Safe Communities para subsidiar o fortalecimento da Política de Redução da Morbimortalidade por Acidentes e Violências e da Política Nacional de Promoção de Saúde. Outra ação estratégica utilizando o Advocacy foi a participação do Em Frente Brasil, com a apresentação das fichas de ações da Secretaria de Vigilância em Saúde para que pudessem ser discutidas no âmbito do Programa.

No que concerne a apoiar ações relacionadas à redução de morbimortalidade no trânsito, com ênfase no Programa Vida no Trânsito, foi entregue a proposta de roteiro orientadora junto às Secretarias Estaduais de Saúde com vistas a expansão e fortalecimento do Programa Vida no Trânsito, explicitando suas principais fragilidades, potencialidade e desafios para subsidiar a equipe técnica do Ministério da Saúde no desenvolvimento desta agenda. Um avanço em 2021 foi a incorporação da plataforma do PVT ao servidor do Ministério da Saúde e haverá o treinamento de novos municípios em parceria com a UFG. A minuta de Portaria compreendendo a formalização do Programa Vida no Trânsito (PVT) em sua nova versão, recebeu da Secretaria Executiva do Ministério da Saúde recomendações que implicaram em rediscussão nas estratégias e funcionamento do programa, o que impediu o lançamento e apresentação da nova versão do PVT junto as UF, das quais se espera um protagonismo mais pronunciado junto aos municípios. A portaria, no entanto, ainda não foi publicada. As estratégias para as ações do PVT fazem parte do planejamento da coordenação para 2021.

Como integrantes do Conselho Nacional de Trânsito (CONTRAN) e para fins de participação de forma eficaz neste fórum, a coordenação elaborou a proposta de monitoramento e análise das alterações da legislação de trânsito no Brasil para subsidiar as manifestações do Ministério da Saúde no CONTRAN e a implementação do Programa Vida no Trânsito.

Quanto à realização de capacitação para jornalistas com foco em segurança viária, deram-se entendimentos para desenvolver a capacitação do conteúdo. A execução da proposta foi desenhada com a ONG Vital Strategies com a inclusão da temática de atividade física e poluição do ar, fazendo integração com a Agenda Convergente. Foi elaborado o plano de trabalho contendo as atividades e responsabilidades de cada ator na proposta. A realização do treinamento estava prevista para o primeiro semestre de 2021, porém teve que ser adiada para o segundo semestre por motivos de agenda.

As temáticas do trânsito, saúde mental e violências estão contidas, também, na agenda internacional da coordenação, sendo parte das análises de projeção e monitoramento dos indicadores globais dos Objetivos do Desenvolvimento Sustentável (ODS) da Agenda 2030 que estão sob responsabilidade da Coordenação-Geral de Doenças e Agravos não Transmissíveis. Desta forma, foi elaborada a proposta de monitoramento da implementação das Metas Globais de Desempenho para a Segurança Viária, estabelecidas pela Organização Mundial da Saúde, para avançar no alcance da meta para 2030. Como parte do monitoramento e projeção das metas dos ODS também se destacam o monitoramento das taxas de mortalidade por suicídio e violência e o cálculo do indicador do Álcool per capita (APC). A cooperação deu início ao desenvolvimento da metodologia nacional de cálculo do APC em 2020. Em 2021, por meio de webinars, os dados do Brasil foram apresentados para especialistas da OPAS (WDC) e do Center for Addiction and Mental Health (CAMH) do Canadá e estão sendo discutidos. A oficina para a validação da metodologia nacional está proposta para o segundo semestre de 2021.

A coordenação continua a realizar a articulação interfederativa com estados e municípios para fortalecimento da vigilância e prevenção de acidentes através do uso de ferramentas on-line como o Teams para reuniões, bem como plataformas virtuais para realização de eventos por meio de webinar sobre o tema.

Sobre as ações relacionada a apoiar ações de qualificação da vigilância de violências e acidentes e revisão do componente sentinela desta vigilância e aprimoramento do sistema de vigilância de doenças e agravos não-transmissíveis e disseminação das informações e análises produzidas. (RE1 AÇÃO 4 TA 1 e RE1 AÇÃO 4 TA 2, respectivamente), a coordenação apresentou a proposta para revisão da ficha de notificação do Sistema de Vigilância

de Violências e Acidentes - Viva Contínuo (Sinan) bem como desenvolveu o método de relacionamento dos dados entre o Sistema de Informações sobre Mortalidade e Sistema Nacional de Notificação de Agravos de Notificação no período de 2017 a 2019.

b) Detalhar as dificuldades, intervenções requeridas e/ou sugestões para execução do plano de trabalho, se existentes

Sem observações para o período.

c) Relacionar o progresso das ações programadas no PTA com o alcance do resultado esperado, considerando os indicadores e as metas

Como referido em nosso informe do 2º SEM/2020, o número de notificações esperadas foi abaixo do previsto, em provável hipótese do impacto da pandemia nos serviços, sobrecarregando aos profissionais de saúde, ademais as questões operacionais de digitação e repasse das informações ao nível central. Para mitigar tal questão, a CGDANT continua trabalhando na avaliação da ficha de notificação, na automação de processos e em estratégias tecnológicas para a obtenção do dado de modo mais qualificado, de melhor acesso e em tempo oportuno de uso a exemplo da Anonimização das bases de dados do Vigitel (2006-2019), Sinan Violências (2007-2018) e inclusão da variável setor censitário para disponibilização pública das bases por meio das plataformas virtuais de domínio do Ministério da Saúde e a plataforma de rápido acesso para mitigação da acidentalidade.

Em 2019 havia 52 municípios com ações do PVT implementadas. Em 2020 foram 54 municípios atingindo apenas 4% de aumento. Apesar da estratégia para a implementação de ações ser por meio de treinamentos e cursos EAD, os quais estão sendo realizados, a meta para o Programa Vida no Trânsito deve ser avaliada a partir das ações a serem disparadas após a publicação da Portaria que contempla a rediscussão nas estratégias e funcionamento do programa.

2) AVALIAÇÃO DOS RESULTADOS ESPERADOS (com base na execução do plano de trabalho anual)

Resultado Esperado (RE) (definido na Matriz Lógica)	
Nº do RE/Descrição do RE:	2 Ações da Política Nacional de Promoção da Saúde implantadas e implementadas em estados e municípios.
Indicador(es)	
Descrição do(s) indicador(es)	Número de estados e municípios com ações de promoção da saúde implementadas.
Meta(s)	
Descrição da(s) meta(s)	100% dos estados e capitais e/ou municípios com população acima de 1 milhão habitantes com ações de promoção da saúde implementadas; Realização de, pelo menos 2, Seminários da Política Nacional da Promoção da Saúde. Pelo menos 1 publicação anual sobre Promoção da Saúde. Realização de pelo menos 1 reunião técnica anual para a implantação da PNPS.
Ação(ões) programada(s) e finalizada(s) para o período no Plano de Trabalho Anual	
Nº total de ações programadas para o período com base no PTA:	2
Nº total de ações finalizadas no período com base no PTA:	2

a) Comentar sobre o progresso das ações programadas no PTA

Diversas ações iniciadas em 2020 foram continuadas durante o 1º semestre de 2021, com destaque para o Edital em comemoração aos 15 anos da Política Nacional de Promoção da Saúde (PNPS), lançado no final de 2020, que tem como objetivo central a elaboração de obras técnicas que visam contribuir para a implementação da PNPS junto aos Estados e Municípios de maneira articulada com o Ministério da Saúde. As equipes de curadoria para a seleção e o acompanhamento da elaboração das Obras Técnicas/Cadernos/Guias foram formadas e deram seguimento à seleção dos projetos nos seguintes temas: Promoção da Saúde na formação de profissionais e na produção do conhecimento: graduação, extensão e pesquisa, Promoção da Saúde e Educação Básica e Educação permanente para a promoção da saúde, Promoção da Saúde e Cidades, Promoção da Saúde e Objetivos do Desenvolvimento Sustentável, Promoção da Saúde na Vigilância em Saúde de Doenças e Agravos Não Transmissíveis Integrada e Promoção da saúde e o problema

da Poluição atmosférica. Está em processo de efetivação a contratação das instituições para a execução dos projetos.

As publicações fazem parte da estratégia da coordenação para apoiar a implementar a Política Nacional da Promoção da Saúde, hoje sobre a governabilidade do Departamento de Promoção da Saúde da Secretaria de Atenção Primária em Saúde. Com este processo espera-se vincular novas instituições e pesquisadores à implementação da PNPS, como proponentes, coordenadores, coautores e equipes de curadoria. A elaboração dos Cadernos Promoção da Saúde e as Cidades, Promoção da Saúde na Vigilância em Saúde de Doenças e Agravos Não Transmissíveis Integrada e Promoção da Saúde e Objetivos do Desenvolvimento Sustentável foram iniciadas.

Foi realizada a reorganização do conteúdo do site da SVS, inserindo na área temática de vigilância de doenças e agravos não transmissíveis um campo específico sobre a promoção da saúde. A publicação das Obras Técnicas ficará vinculada a este campo no site da SVS. No semestre, também foi lançado o primeiro produto que é o Caderno de Promoção da Saúde: Aproximações ao tema. O caderno tem como objetivo introduzir o conceito e a abrangência da promoção da saúde.

Outras ações realizadas no período abrangeram temas como suicídio, acidentes de trânsito, violências, vigilância de Doenças e Agravos Não transmissíveis, com a realização de webnários com as equipes de DANT dos Estados e Municípios, dando continuidade à aproximação entre os entes federados. Segue em elaboração, porém, já em fase de finalização, a série de treinamentos que contribuirão com a capacitação das equipes dos estados em municípios para a análise de dados no nível local, definição e monitoramento de indicadores, para melhor capacitar a vigilância de DANT no Brasil

Com a presidência pro tempore do Mercosul assumida pelo governo brasileiro e a participação da Coordenação de Doenças e Agravos Não Transmissíveis (CGDANT) na Comissão Intergovernamental de Doenças Não Transmissíveis, foi elaborado um plano de trabalho, para execução no 2º semestre de 2021, que inclui o fortalecimento da Promoção da Saúde na Região das Américas, por meio de ações ligadas à regulação dos entornos saudáveis, implementação das iniciativas HEARTS e SAFER (linhas Promoção da Saúde), publicação da série de Obras Técnicas/Cadernos em espanhol e o estímulo ao desenvolvimento da promoção da saúde e prevenção dos Fatores de Risco e das DCNT, bem como a validação de indicadores para acompanhar as metas da Agenda 2030.

O desenvolvimento de cursos de Promoção da Saúde e desigualdades em saúde para construção de competências e habilidades dos servidores sobre análise de desigualdade e apoio técnico-gerencial, para apoiar os estados no desenvolvimento de ações de prevenção de DANT e promoção da saúde, estão incluídos no plano de Educação Permanente. A previsão é que o primeiro curso seja desenvolvido no 2º semestre de 2021 pela Coordenação de Garantia da Equidade em Saúde/DESF/SAPS com a participação e parceria da CGDANT.

b) Detalhar as dificuldades, intervenções requeridas e/ou sugestões para execução do plano de trabalho, se existentes

Durante o semestre, aproveitando a oportunidade do planejamento estratégico e reformulação das atribuições da CGDANT, foram realizadas reuniões para conhecimento e pactuação de processos de trabalho entre as equipes da coordenação e a OPAS. O plano de trabalho traçado está em processo de implementação e ajustes.

c) Relacionar o progresso das ações programadas no PTA com o alcance do resultado esperado, considerando os indicadores e as metas

Considerando que as ações previstas junto ao 1 TA, RE 2 incluem violências e DANT, além da Promoção da Saúde, e considerando ainda a mudança da coordenação da Política Nacional de Promoção da Saúde para outra Secretaria do MS, sugere-se a readequação da Matriz Lógica, especialmente quanto aos indicadores e metas, e revisão do PTA 2021, de forma a estar adequado ao contexto atual e às ações desenvolvidas. A readequação da ML e revisão do PTA serão realizadas no 2º semestre de 2021.

Quanto ao 2 TA, estão sendo realizadas atividades de aproximação entre os temas da vigilância e promoção da saúde, com a elaboração de 20 cadernos de promoção da saúde para gestores e equipes de saúde. O primeiro caderno "Promoção da Saúde: aproximações ao tema", já está disponível e foi traduzido para o inglês e o espanhol.

As Obras Técnicas/Cadernos estão sendo elaboradas para impulsionar a implementação da PNPS junto aos Estados e Municípios, com enfoque na atuação local de gestores e equipes de saúde com a participação das comunidades, contribuindo para o alcance da meta de implementação de ações de promoção da saúde nos territórios.

Também, está previsto para o segundo semestre a realização do evento em comemoração aos 15 anos da Política Nacional de Promoção da Saúde, que incluirá o componente de vigilância de iniciativas de Promoção da Saúde no Brasil.

Estas atividades contribuem para o alcance das metas previstas, especialmente no 2º TA. Entretanto, recomenda-se a revisão de alguns termos utilizados no texto das metas, de forma a estarem mais adequados ao novo papel do Departamento em relação à Promoção da Saúde e à PNPS.

3) AVALIAÇÃO DOS RESULTADOS ESPERADOS (com base na execução do plano de trabalho anual)

Resultado Esperado (RE) (definido na Matriz Lógica)	
Nº do RE/Descrição do RE:	3 Bases de dados integradas e sistemas de Informação aprimorados.
Indicador(es)	
Descrição do(s) indicador(es)	Aumento do percentual de registro de óbitos com causa definida nos estados Aumento da Cobertura do SINASC e qualidade do preenchimento da declaração de óbito e de nascido vivo.
Meta(s)	
Descrição da(s) meta(s)	95 % de causa definida de óbito SIM, 99% de cobertura do SINASC, Desencadear ao menos 1 atividade anual de busca ativa de nascimentos e óbitos nos Estados e Municípios orientada por bases de dados integradas com outros setores. Realização de pelo menos 1 encontro anual para qualificação da causa de óbito.
Ação(ões) programada(s) e finalizada(s) para o período no Plano de Trabalho Anual	
Nº total de ações programadas para o período com base no PTA:	8
Nº total de ações finalizadas no período com base no PTA:	6

a) Comentar sobre o progresso das ações programadas no PTA

No primeiro semestre de 2021, foram implementadas melhorias evolutivas no e-SUS Notifica para adequar a ficha de notificação de casos de síndrome gripal leve e moderada suspeitos de Covid-19, e também para a implantação de novos módulos conforme descrito a seguir:

- Inclusão do campo destinado ao registro de pessoas pertencentes aos povos e comunidades tradicionais.
- Inclusão de variáveis relacionadas à vacina de Covid-19 na ficha de notificação.
- Melhorias no sistema, como a alteração nos campos relacionados aos exames para confirmação de Covid-19, para que seja possível a inclusão dos resultados de todos os tipos de testes.
- Atualização dos materiais técnicos do sistema, como dicionário de dados, tutorial de navegação e do instrutivo de preenchimento da ficha de notificação de Covid-19.
- Aprimoramento e atualização de códigos em ambiente R para curadoria e análise de dados, bem como de instrutivos para utilização (e.g. <https://github.com/ronaldoalves-ms/esusnotifica>).
- Desenvolvimento de painel interativo em Shiny R para análise administrativa dos dados e análise da situação epidemiológica das notificações no sistema. (em andamento)
- Desenvolvimento do módulo de Monitoramento de contatos de indivíduos que tiveram contato com um caso suspeito de COVID-19.
- Homologação assistida com técnicos indicados pelo CONASS e CONASEMS para validação/aprovação do módulo de Monitoramento de Contatos; Elaboração do instrutivo de preenchimento da ficha e dicionário de dados de monitoramento de contatos de caso suspeito/confirmado de Covid-19 e lançamento do módulo de monitoramento de contatos (maio/2021).
- Desenvolvimento do painel de visualização de informações de notificações enviados via Robô Notifica por sistemas de informação próprios dos seguintes estados: PR, ES SC (Florianópolis); RS (Porto Alegre). (em andamento)
- Integração com a RNDS: aprimoramento do sistema e-SUS Notifica para atender às necessidades previstas na portaria nº 1792 de 17/7/2020 que versa sobre a obrigatoriedade de notificação ao Ministério da Saúde de todos os resultados de testes diagnóstico para SARS-CoV-2 realizados por laboratórios em todo território nacional.

SIM e SINASC:

Foram realizadas ações contínuas para agilizar, acompanhar e monitorar a atualização e a integridade dos dados do Sistema de Informações sobre Nascidos Vivos – Sinasc e do Sistema de Informações sobre Mortalidade – SIM, visando a garantia da tempestividade dos dados coletados e enviadas por estados, municípios e o Distrito Federal para compor a base federal desses sistemas de informação no âmbito do Ministério da Saúde. A partir dessas ações, foram elaborados três relatórios, a saber:

* Avaliação do indicador de proporção de registros de óbitos alimentados no Sistema de Informações sobre Mortalidade (SIM) e Sistema de Informações sobre Nascidos Vivos (Sinasc) em relação ao estimado, recebidos na base federal em até 60 dias após o final do mês de ocorrência do Programa de Qualificação das Ações de Vigilância em Saúde (PQA-VS) no ano de 2019 em comparação ao ano de 2018;

* Elaboração e envio dos relatórios preliminares e final do PQA-VS referente ao SIM do ano de 2019, em que 3.039 municípios alcançaram a meta no primeiro resultado preliminar (jan a jun), 3.493 municípios alcançaram a meta no segundo resultado preliminar (jan a set) e 3.508 municípios alcançaram a meta no resultado final (jan a dez).

Para o SINASC, também foram elaborados e enviados os relatórios preliminares e final do PQA-VS do ano de 2019, em que 4.322 municípios alcançaram a meta no primeiro resultado preliminar (jan a jun), 3.851 municípios alcançaram a meta no segundo resultado preliminar (jan a set) e 3.625 municípios alcançaram a meta no resultado final (jan a dez).

Avaliação do monitoramento da regularidade na alimentação SIM e Sinasc, para fins de manutenção do repasse de recursos do Piso Fixo de Vigilância em Saúde (PFVS) e do Piso Variável de Vigilância em Saúde (PVVS) do Bloco de Vigilância em Saúde no ano de 2019.

* Foram entregues os relatórios mensais referente ao ano de 2019, com a síntese da avaliação de UF e municípios, quanto a regularidade na alimentação dos sistemas SIM e SINASC.

Avaliação de consistência dos dados das variáveis obrigatórias que compõe o SIM e Sinasc referente ao ano de 2020.

* Foi elaborado e compartilhado um guia para orientar gestores e técnicos das Secretarias Municipais e Estaduais de Saúde quanto ao tratamento das bases de dados do SIM e do Sinasc, visando ao aprimoramento da qualidade dos dados de mortalidade e de natalidade do Brasil de 2020. Esse guia contribuiu para que o Ministério da Saúde, com a colaboração adicional das SES e das SMS, tivesse a oportunidade de publicar, com o máximo de qualidade possível, as versões preliminares dos bancos de dados de disseminação do SIM e do Sinasc, referente ao ano de 2020, conforme determina a Portaria 116/2009 do Ministério da Saúde.

O Sistema de Informações sobre Mortalidade (SIM) foi atualizado para permitir a notificação de óbitos por Covid-19, o que incluiu a habilitação dos novos códigos da Classificação Internacional de Doenças - CID-10, definidos pela Organização Mundial de Saúde, como os códigos relacionados à Síndrome Inflamatória Multissistêmica Pediátrica (SIM-P), condição pós-Covid-19, eventos adversos pós-vacinação contra Covid-19 e reincidência de Covid-19.

SINAN:

Atualmente é possível notificar as doenças e agravos constantes na Portaria GM/MS nº 1.061, de 18 de maio de 2020, sendo facultado aos estados e municípios a inclusão de outros problemas de saúde importantes em sua região. No primeiro semestre de 2021, foram registradas 1.680.657 notificações no Sinan (versões NET e Online). Os casos de dengue representam 42% de toda a base de dados federal.

Atividades desenvolvidas:

- No primeiro semestre de 2021, análises realizadas, considerando diferentes cenários, permitiu a identificação de divergências entre as bases de dados estaduais e federal relacionadas ao recebimento de lotes do Sinan no Ministério da Saúde – MS. A partir desse trabalho, realizado em parceria com as áreas técnicas, responsáveis pela vigilância de doenças e agravos na SVS e também em algumas Unidades da Federação, foram solicitadas 06 demandas de manutenção corretiva e evolutiva) ao DATASUS para a versão vigente do Sinan e aplicativos auxiliares. O desenvolvimento de tais demandas é acompanhado semanalmente pela Unidade Técnica do Sinan em conjunto com o Datasus.

- Os dados anonimizados do sistema e-SUS VS do Espírito Santos estão sendo disponibilizados semanalmente nas pastas já existentes para compartilhamento dos dados do Sinan, específicas para cada doença/agravo, no servidor \srvdf035\GTSINAN_CI\ e \srvdf035\GTSINAN\do MS. Foram atualizadas as bases de dados, disponibilizadas pelas áreas técnicas, para tabulação com auxílio do Tabnet e Tabwin (microdados) de 18 (60%) doenças/agravos.

- Foram realizadas seis rodadas de monitoramento da regularidade na alimentação do sistema de informação Sinan, com auxílio do Sinan Relatórios e SAPSS. Para os dados do e-SUS VS Espírito Santo (sistema próprio), o monitoramento foi realizado por meio da Microsoft Office 365 - Excel e, está em curso, a elaboração de um script para automatização do monitoramento provenientes deste sistema.

· Em junho, foi entregue o resultado final de 2020 referente ao indicador 06 –do PQA VS “Proporção de casos de doenças de notificação compulsória imediata nacional (DNCI) encerrados em até 60 dias após notificação” - PQA VS a partir de dados do Sinan. Para os dados do e-SUS VS, Espírito Santo, o cálculo foi realizado por meio da Microsoft Office 365 – Excel.

· Foram iniciadas as atividades dos guardiões das bases de dados do Sinan no âmbito da Sala de Acesso Restrito em atendimento à Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (LGPD). Está em curso o primeiro trabalho para o público externo, em parceria com a Coordenação Geral de Vigilância das Doenças em Eliminação (Hanseníase).

RESP-Microcefalia:

- Elaboração de uma página para o sítio do MS: “Saúde de A a Z” sobre as Anomalias Congênitas (<https://bit.ly/3eKvXK7>);
- Disponibilização de dados sobre casos suspeitos de SCZ, provenientes do Registro de Eventos em Saúde Pública (RESP – Microcefalia) para tabulação no TABNET (<https://bit.ly/2VXdjI5>);
- Disponibilização da base de disseminação do RESP - Microcefalia, dicionário de dados e arquivos DEF e CNV para tabulação no TABWIN (<https://bit.ly/3kHMsKv>).

b) Detalhar as dificuldades, intervenções requeridas e/ou sugestões para execução do plano de trabalho, se existentes

Devido à epidemia de Covid-19, iniciada em março de 2020, o cronograma de ações relacionadas à homologação das versões 4.0 (online) do SIM e do Sinasc foi comprometido e será necessário uma reprogramação dessas ações para o segundo semestre de 2021, de maneira a compensar os atrasos ocorridos. As dificuldades encontradas até o momento para desenvolver as atividades do SINAN estão sendo contornadas em parcerias e apoio com áreas envolvidas.

c) Relacionar o progresso das ações programadas no PTA com o alcance do resultado esperado, considerando os indicadores e as metas

As ações programadas no Plano de Trabalho Anual (PTA) foram realizadas de forma parcial comprometendo, desta forma, o alcance das metas no primeiro semestre de 2021. O planejamento do segundo semestre de 2021 incluirá a reprogramação de atividades, de maneira a compensar os atrasos ocorridos. Dessa forma, as ações serão desenvolvidas para que as metas sejam alcançadas durante a vigência desse Termo de Cooperação.

4) AVALIAÇÃO DOS RESULTADOS ESPERADOS (com base na execução do plano de trabalho anual)

Resultado Esperado (RE) (definido na Matriz Lógica)	
Nº do RE/Descrição do RE:	4 Produção e análise da situação de saúde realizada.
Indicador(es)	
Descrição do(s) indicador(es)	Publicações de análise de situação de saúde.
Meta(s)	
Descrição da(s) meta(s)	Realização de 20 publicações anuais sobre análise de situação de saúde.
Ação(ões) programada(s) e finalizada(s) para o período no Plano de Trabalho Anual	
Nº total de ações programadas para o período com base no PTA:	4
Nº total de ações finalizadas no período com base no PTA:	2

a) Comentar sobre o progresso das ações programadas no PTA

No primeiro semestre de 2021, foram elaborados 05 boletins epidemiológicos sobre os seguintes temas: (i) "Gravidez na adolescência"; (ii) "Mortalidade Materna"; (iii) "Principais causas de mortalidade de mulheres no Brasil"; (iv) situação epidemiológica da Síndrome Congênita associada à infecção pelo vírus Zika (SCZ) (<https://bit.ly/3wPqUxY>); e (v) situação epidemiológica de um grupo prioritário de anomalias congênitas para a vigilância ao nascimento (<https://bit.ly/3krcaCX>).

Foram elaborados três capítulos para o Guia de Vigilância em Saúde 2020 (em diagramação): (i) vigilância da síndrome congênita associada à infecção pelo vírus Zika e (ii) vigilância das anomalias congênitas; e (iii) vigilância da mortalidade

infantil, fetal e materna"; e o Caderno de Análise e- SUS Notifica - Módulo Notificação Covid-19.

A seguir, é apresentada a produção técnica sobre preenchimento da Declaração de Óbito e sobre Síndrome Inflamatória Multissistêmica Pediátrica (SIM-P) no contexto da epidemia de Covid-19:

- * Orientações para o preenchimento e fluxo da Declaração de Óbito no contexto dos eventos adversos às vacinas contra a Covid-19;
- * Orientações sobre as causas de morte no contexto da Covid-19: respostas às perguntas mais frequentes;
- * Orientações para médicos: preenchimento da Declaração de Óbito no contexto da Síndrome Inflamatória Multissistêmica Pediátrica (SIM-P) temporalmente associada à Covid-19;
- * Orientações sobre novos códigos de uso emergencial para causas de morte relacionadas às condições que ocorrem no contexto da Covid-19;
- * Codificações das causas de morte com menção da Síndrome Inflamatória Multissistêmica Pediátrica (SIM-P) no contexto da doença causada pelo coronavírus;
- * Manual de vigilância do óbito no contexto da Síndrome Inflamatória Multissistêmica Pediátrica (SIM-P), temporalmente associada à covid-19 no Brasil;
- * Relatório intitulado Mortalidade Materna e Covid-19: relacionamento entre as bases de dados do Sistema de Informação de Vigilância Epidemiológica da Gripe (SIVEP-Gripe) e do Sistema de Informação sobre Mortalidade (SIM).

A seguir, são listados os artigos elaborados ou submetidos:

- * Sistema de Informações sobre Nascidos Vivos: características, evolução e aplicabilidade (submetido).
- * Sistema de Informações sobre Mortalidade: breve histórico e características gerais (submetido).
- * Mortalidade infantil no Brasil: descrição da métrica de correção para o cálculo de indicadores do Ministério da Saúde (Artigo finalizado, mas ainda não submetido).
- * Mortalidade perinatal no Brasil em 2018: análise epidemiológica segundo a classificação de Wiggleworth modificada (Aceito para publicação no periódico em Cadernos de Saúde Pública).
- * Lista de anomalias congênitas prioritárias para vigilância no âmbito do Sistema de Informações sobre Nascidos Vivos do Brasil (<https://bit.ly/3rdAA4l>) (publicado).
- * Registros nacionais de anomalias congênitas no mundo: aspectos históricos e operacionais" (aprovado para publicação).
- * e-SUS Notifica: histórico e principais características de um sistema de informação desenvolvido em meio a pandemia da Covid-19' (Artigo finalizado, mas ainda não submetido).

A seguir, são listados os projetos iniciados ou finalizados:

- * Projeto de "Mortalidade Materna" em parceria com a UFMG (em curso).
- * Projeto para "Construção de Cenários para o monitoramento da regularidade SIM e Sinasc para o PQAVS" (em curso).
- * Georreferenciamento para agregação de dados do Sinasc por setor censitário (concluído).
- * Curso de "Análise Espacial em Saúde" em parceria com a sala de situação da UnB. (concluída a fase de elaboração do curso).
- * Projeto-piloto "Vigilância e Atenção em Anomalias Congênitas", que está sendo desenvolvido no estado do Rio Grande do Sul, em parceria com Universidade Federal do Rio Grande do Sul, por meio de Carta Acordo com a Opas.

b) Detalhar as dificuldades, intervenções requeridas e/ou sugestões para execução do plano de trabalho, se existentes

Foi realizada uma modificação dos processos de trabalho que demandavam o acesso às bases de dados identificadas, com dados pessoais e sensíveis, sob gestão da CGIAE/DASNT, o qual passou a ser feito no âmbito da Sala de Acesso Restrito. Essa alteração no processo de trabalho foi implementada para atendimento aos pressupostos da Lei Geral de Proteção de Dados (Lei nº 13.709/2018).

c) Relacionar o progresso das ações programadas no PTA com o alcance do resultado esperado, considerando os indicadores e as metas

Com a produção e análises de situação de saúde realizadas no primeiro semestre/2021, a meta de 20 publicações anuais foi ultrapassada, tendo a CGIAE produzido 22 publicações no primeiro semestre de 2021.

5) AVALIAÇÃO DOS RESULTADOS ESPERADOS (com base na execução do plano de trabalho anual)

Resultado Esperado (RE) (definido na Matriz Lógica)	
Nº do RE/Descrição do RE:	5 Vigilância do óbito materno e infantil e Rede Nacional de Serviços de Verificação de Óbitos (SVO) ampliados.
Indicador(es)	
Descrição do(s) indicador(es)	Aumento na proporção de óbitos investigados de mulheres em idade fértil, infantis e fetais e aumento de óbitos atestados e notificados pelos SVO's e ODS 3.1 e 3.2.
Meta(s)	
Descrição da(s) meta(s)	100% dos médicos patologistas pertencentes à rede nacional dos serviços de verificação do óbito capacitados para o correto diagnóstico de causas de morte e notificações de doenças/agravos de importância epidemiológica por meio de 1 treinamento anual. Realização de 10 visitas técnicas anuais para o monitoramento dos serviços. Revisão de 1 publicação científica com diretrizes para os serviços (SVO). Manutenção do painel WEB de monitoramento semestral dos dados produzidos pelo SVO.
Ação(ões) programada(s) e finalizada(s) para o período no Plano de Trabalho Anual	
Nº total de ações programadas para o período com base no PTA:	3
Nº total de ações finalizadas no período com base no PTA:	2

a) Comentar sobre o progresso das ações programadas no PTA

No primeiro semestre/2021, os principais produtos referentes à vigilância do óbito materno e infantil e Rede Nacional de Serviços de Verificação de Óbito foram:

- Revisão do conteúdo para treinamento de médicos multiplicadores quanto à emissão da Declaração de Óbito – DO.
- Atualização do protocolo nacional para investigação de óbitos sem causa definida, a partir do protocolo adotado durante a execução do projeto que evoluiu 60 cidades brasileiras que, por sua vez, fez parte do Projeto Dados para a Saúde realizado em parceria entre MS, UFMG, Bloomberg e Vital Strategies.
- Levantamento e análise dos cursos ofertados pelo Ministério da Saúde que apresentam interface com a Vigilância do óbito.
- Proposta de estruturação da estratégia de educação permanente, no contexto da vigilância do óbito, voltada para os profissionais de saúde que atuam nas esferas municipal e estadual da gestão do SUS.
- Elaboração de Acordo de Cooperação Técnica (ACT) a ser celebrado entre o MS, representado pela CGIAE/DANST, e o Comitê Internacional da Cruz Vermelha - CICV para caracterização do perfil epidemiológico de óbitos de pessoas não identificadas nas bases de dados do Sistema de Informações sobre Mortalidade – SIM, do período de 2015 a 2020, a partir do desenvolvimento de algoritmo para seleção de tais óbitos no SIM. Atualmente, estão em curso os ajustes de detalhes jurídicos do ACT, os quais precedem a sua assinatura.
- Cálculo dos indicadores de oportunidade de notificação de óbitos maternos e infantis (até 30 dias da data de ocorrência) referente ao ciclo de avaliação de abril de 2021, realizado a partir dos dados do SIM de abril de 2020. Tais indicadores fazem parte do Plano Nacional de Saúde 2020-2023 e são monitorados por meio do Sistema de Monitoramento e de Planejamento (SIPLAM), sob gestão da Secretaria Executiva do MS.
- Elaboração de minuta de portaria que institui a Rede Nacional de Serviços de Verificação de Óbito e Esclarecimento da Causa Mortis - RNSVO, a qual foi encaminhada para a última etapa de análise pela Consultoria Jurídica do MS – CONJUR-MS antes de sua publicação.
- Participação no grupo de trabalho formado por MS e SESAI para elaboração de proposta de iniciativa educacional para o fortalecimento da vigilância do óbito materno e infantil direcionada às equipes da assistência, vigilância e atenção à saúde de povos indígenas (atividade realizada de janeiro a março/2021, finalizada com entrega da proposta à SESAI).

· Realização de 06 reuniões com as equipes dos Serviços de Verificação de Óbito e Esclarecimento da Causa Mortis - SVO sobre orientações quanto à execução financeira do incentivo de custeio viabilizado pela Portaria nº 2.625, de 28 de setembro de 2020, relacionada ao fortalecimento dos SVO no contexto da Emergência em Saúde Pública de Importância Nacional (ESPIN) decorrente da Covid-19.

b) Detalhar as dificuldades, intervenções requeridas e/ou sugestões para execução do plano de trabalho, se existentes

A realização de atividades não previstas inicialmente, relacionadas à epidemia de Covid-19, demandou esforços no âmbito da Vigilância do óbito materno e infantil e da Rede Nacional de Serviços de Verificação de Óbitos (SVO). Por isso, algumas atividades previstas para o primeiro semestre de 2021 não puderam ser realizadas. Devido ao contexto de pandemia de Covid-19, as visitas técnicas aos estados e as capacitações presenciais têm sido substituídas por webconferência.

c) Relacionar o progresso das ações programadas no PTA com o alcance do resultado esperado, considerando os indicadores e as metas

Foi repassado recurso na modalidade incentivo financeiro federal de custeio, em caráter excepcional e temporário, a estados, municípios e ao Distrito Federal que gerenciam as 43 unidades de SVO em funcionamento no Brasil, cujo total descentralizado foi de R\$ 66.375.000,00. Para esses SVO em funcionamento, foi realizado também estudo para estimativa de custos visando à descentralização de recursos para aquisição de equipamentos de uso nas salas de necropsia, bem como para aquisição de equipamentos para adequação dessas salas.

A previsão de repasse de recurso para aquisição de equipamentos é de R\$ 210.000.000,00. Para aquelas localidades sem SVO, mas que foram apontadas no estudo como prioritárias, foi estimado recurso para construção de 27 novos SVO com repasse de recursos correspondentes ao montante de R\$ 54.600.000,00.

Nesse período, houve uma intensificação de apoio e assessoria às gestões estadual e municipal contempladas no âmbito do incentivo financeiro federal, tanto nos esclarecimentos para elaboração dos projetos como no suporte para habilitação das propostas no Sistema do Fundo Nacional de Saúde (FNS).

3.2 RESUMO SEMESTRAL: 1º SEMESTRE

RE	Ações programadas	Ações finalizadas	Ações adiadas/canceladas	% estado de avanços das ações
1	6	3	3	60%
2	2	2	0	90%
3	8	6	2	75%
4	4	2	2	60%
5	3	2	1	70%
Total:	23	15	8	71%

4. 2º SEMESTRE DE 2021

4.1 AVANÇOS DO PROJETO BASEADOS NOS RESULTADOS ESPERADOS

1) AVALIAÇÃO DOS RESULTADOS ESPERADOS (com base na execução do plano de trabalho anual)

Resultado Esperado (RE) (definido na Matriz Lógica)		
Nº do RE/Descrição do RE:	1	Cultura de paz promovida, ações de prevenção das violências e acidentes promovidas e Sistema de vigilância de violências e acidentes aprimorados.
Indicador(es)		
Descrição do(s) indicador(es)	Proporção de municípios com notificação de violências interpessoais e autoprovocadas. Taxa de mortalidade por acidente de transporte terrestre	
Meta(s)		
Descrição da(s) meta(s)	Alcançar 85% de cobertura de municípios com notificação de violências por meio de capacitações e realização de pelo menos 1 reunião técnica anual. Elevar em 15% o número de municípios com ações de segurança viária/ Programa Vida no Trânsito por meio de realização de treinamentos e curso EAD.	
Ação(ões) programada(s) e finalizada(s) para o período no Plano de Trabalho Anual		
Nº total de ações programadas para o período com base no PTA:		6
Nº total de ações finalizadas no período com base no PTA:		5

a) Comentar sobre o progresso das ações programadas no PTA:

As ações aqui comentadas abordam atividades relacionadas ao Resultado Esperado (RE) 1 nos marcos dos Termos de Ajuste (TA) 1 e 2 do Termo de Cooperação 101 que iniciaram a vigência no 2º semestre de 2020, aqui apresentadas na ordem em que as Ações foram dispostas no Plano de Trabalho (PTA) deste TC.

Relativamente a apoiar ações relacionadas à vigilância e prevenção de violência e acidentes e fortalecimento da cultura de paz, foi iniciada no primeiro semestre de 2021 a avaliação dos Núcleos de Prevenção de Violência e Promoção da Saúde (NPVPS). Como resultado no segundo semestre, foi realizada a descrição do monitoramento dos referidos núcleos junto às Secretarias Estaduais de Saúde e Instituições Acadêmicas, especialmente no que se refere às questões qualitativas. Ainda, com o intuito de aprimorar a vigilância de violências e acidentes foi discutido o aprimoramento do SINAN, com o estabelecimento de um protocolo de monitoramento de qualidade do Viva/Sinan, de comunicação regular com equipes estaduais para a qualificação dos dados do Viva/Sinan, incluindo indicadores de monitoramento de qualidade e a proposta de quais desses indicadores deveriam ser monitorados pela Coordenação. Continuando na temática de violências, foi realizada a Análise de Situação de Saúde da população residentes nos municípios contemplados com o projeto piloto Enfrente Brasil e a elaboração de um boletim com dados de tentativas de suicídio constantes no Viva/Sinan de 2018 e 2019. Em consequência da manutenção da pandemia da Covid-19, a cooperação técnica manteve seus esforços para a produção de informações qualificadas para a tomada de decisão realizando análises de situação de saúde no tocante impacto da pandemia de COVID-19 sobre os casos de violência interpessoal notificados no Sistema de Vigilância de Violências e Acidentes – Viva Contínuo (Sinan). Iniciada no semestre anterior, a avaliação da Política Nacional de Redução da Morbimortalidade por Acidentes e Violências (PNRMMVA) teve continuidade, entrando, agora, na fase de entrevistas com os gestores. Os resultados desta avaliação permitirão atualizar, se necessário, a política, tornando-a mais pertinente ao cenário atual.

Assim, no que tange às ações relacionadas à Vigilância e Prevenção de Violências e Acidentes/Lesões e fortalecimento da cultura da paz (TA 1 R1.A3 e TA2 R1.A1), realizou-se análise qualitativa dos resultados do monitoramento dos Núcleos de Prevenção de Violências e Promoção da Saúde junto às Secretarias Estaduais de Saúde e Instituições Acadêmicas, considerada ação estratégica para o fortalecimento e estruturação da Rede Nacional de Prevenção de Violências e Promoção da Saúde e para o planejamento de ações e planos de ação para prevenção a violências.

Foi realizada uma análise de situação de saúde, com dados sobre mortalidade, da população residentes nos municípios contemplados com o projeto piloto Enfrente Brasil dos municípios de Ananindeua (PA), Paulista (PE), Cariacica (ES), São José dos Pinhais (PR) e Goiânia (GO), como parte do Projeto “Em Frente Brasil”, com a finalidade de informar a tomada de decisão para o desenvolvimento de ações oportunas para prevenção a violências e homicídios

Quanto às ações de qualificação da vigilância de violência e acidentes e de aprimoramento do sistema de vigilância de

doenças e agravos não-transmissíveis e disseminação das informações e análises produzidas foi elaborado relatório com descrição da primeira etapa e análise qualitativa dos resultados preliminares da pesquisa “Experiência de Profissionais de municípios e capitais brasileiras no uso de da ficha de notificação de violência interpessoal, e autoprovocada, cujo objetivo é o de compreender as experiências de profissionais de saúde no preenchimento da Ficha de Notificação de Violência Interpessoal e Autoprovocada do sistema de Vigilância de Violências e Acidentes – Viva contínuo (SINAN).

Foi realizado um estudo de séries temporais interrompidas para avaliar o impacto da pandemia provocada pelo COVID no número de casos de violência interpessoal notificados no Sistema de Vigilância de Violências e Acidentes – Viva Contínuo (Sinan), no período de janeiro de 2011 a dezembro de 2020 para subsidiar a Secretaria Vigilância em Saúde do Ministério da Saúde, o qual evidenciou queda acentuada no número de notificações de violência interpessoal a partir de janeiro de 2020, assim como a necessidade de um sistema de informações que possibilite a vigilância oportuna e contínua das violências no país.

Foi elaborado boletim epidemiológico sobre tentativas e taxas de mortalidade por suicídio no Brasil no Viva/Sinan, nos anos de 2018 e 2019, que permitiu conhecer o perfil sociodemográfico dos casos, identificar potenciais fatores de risco associados e traçar apontamentos para a criação de estratégias de prevenção e promoção, com destaque para determinados grupos em situação de maior vulnerabilidade (homens jovens, mulheres com baixa instrução, entre outros).

Foi também elaborada uma lista de indicadores relacionados a notificação de violências interpessoais e autoprovocadas à notificação de violência a serem monitorados pela Coordenação Geral de Doenças e Agravos não Transmissíveis (CGDANT/DASNT/SVS/MS), sendo propostos sete indicadores relacionados a notificação de violência, segundo critérios de importância do evento para a saúde pública e vigilância, (Completo do VIVA Sinan; Consistência do VIVA Sinan; Violência autoprovocada; Violência interpessoal; Violência sexual; Violência contra LGBTQIA+; Cobertura Viva/Sinan), a fim de qualificar o sistema de monitoramento e vigilância das notificações de violências no país.

No que concerne a apoiar ações relacionadas à redução de morbimortalidade no trânsito, com ênfase no Programa Vida no Trânsito, foi disponibilizada nova turma para treinamento da Plataforma online do PVT, em uma parceria com a Universidade Federal de Goiás. A portaria com a reformulação do PVT, encontra-se, ainda, na Secretaria Executiva do Ministério da Saúde seus trabalhos relacionados foram remanejados para o ano de 2022.

Como integrantes do Conselho Nacional de Trânsito (CONTRAN), a Coordenação participou ativamente da elaboração do novo Plano Nacional de Redução de Mortes e Lesões no Trânsito (PNATRANS), ficando corresponsável, principalmente, pelos pilares 01 e 05. Realizada em parceria com a Secretaria Nacional de Trânsito e com a OPAS, será desenhado um Acordo de Cooperação para o delineamento de um plano de trabalho que convirja com o novo Plano de Ações Estratégicas para o Enfrentamento das Doenças Crônicas e Agravos não Transmissíveis no Brasil (2021-2030), com o PNATRANS e com o Plano Global para a Década de Ação para a Segurança Viária da Organização Mundial da Saúde. Este acordo permitirá a realização de ações conjuntas e integradas visando as metas nacionais e globais de redução de lesões no trânsito, favorecendo, inclusive, o fortalecimento do PVT. Quanto à realização de capacitação para jornalistas com foco em segurança viária, que estava prevista para o segundo semestre de 2021, esta também será inserida dentro do Acordo de Cooperação do trânsito para que seja realizada em 2022, no pilar de educação. O trânsito também fez parte da agenda internacional da coordenação, tendo a sua temática da agenda convergente inserida no plano de trabalho da comissão intergovernamental de doenças não transmissíveis do MERCOSUL.

Além da temática do trânsito, o bem-estar integrado, a promoção da saúde e o enfrentamento dos fatores de risco para as DCNTs estiveram muito presentes nas agendas da Coordenação. Um grande trabalho realizado no âmbito desta cooperação técnica foi o avanço no cálculo do indicador dos Objetivos do Desenvolvimento Sustentável referente ao Álcool per capita (APC). A ficha de qualificação do indicador foi apresentada ao IBGE e aguarda validação para publicação, o que significa um grande avanço para o país. A oficina para a validação da metodologia foi adiada para o ano de 2022. Além disso, está sendo desenvolvido junto à OMS (WDC) e o Center for Addiction and Mental Health (CAMH) do Canadá um estudo de custos sobre o álcool. Por meio da coordenação da OPAS, esta coordenação enviou os dados de mortalidade e custos de internação ao CAMH. A OPAS irá providenciar os demais dados necessários para o estudo, que tem previsão de ter seus primeiros resultados em 2022.

A coordenação continua a realizar a articulação interfederativa com estados e municípios para fortalecimento da vigilância e prevenção de violências e acidentes através do uso de ferramentas on-line como o Teams para reuniões, bem como plataformas virtuais para realização de eventos por meio de webinar sobre o tema. Para 2022, a depender do cenário epidemiológico, estão sendo planejados eventos presenciais.

Por fim, um conjunto de produtos e serviços corroboraram os resultados propostos neste campo. Entre estes:

- Descrição dos resultados do monitoramento dos Núcleos de Prevenção de Violências e Promoção da Saúde junto às Secretarias Estaduais de Saúde e Instituições Acadêmicas, especialmente no que se refere às questões qualitativas.
- Análise do impacto da pandemia de COVID-19 sobre os casos de violência interpessoal notificados no Sistema de Vigilância de Violências e Acidentes – Viva Contínuo (Sinan).
- Proposta de indicadores relacionados a notificação de violência a serem monitorados pela Coordenação Geral de Doenças e Agravos não Transmissíveis.
- Análise de Situação de Saúde da população residentes nos municípios contemplados com o projeto piloto Enfrente Brasil.
- Relatório sobre a primeira etapa da pesquisa "Experiência de profissionais de municípios e capitais brasileiras no uso da ficha de notificação de violência interpessoal e autoprovocada".
- Boletim epidemiológico sobre tentativas de suicídio no Brasil, no Viva/Sinan nos anos de 2018 e 2019.
- Monitoramento de qualidade do Viva/Sinan, de comunicação regular com equipes estaduais para a qualificação dos dados do Viva/Sinan, incluindo indicadores de monitoramento de qualidade.
- Levantamento e análise sobre experiências implantadas no Brasil em relação ao desenho urbano com foco em ruas, ciclovias e calçadas, os desafios e as oportunidades que possam subsidiar a implementação do Programa Vida no Trânsito.
- Relatório descritivo sobre a integração dos municípios ao Sistema Nacional de Trânsito (SNT).
- Programação e organização de webinars com temas da agenda convergente entre cidades sustentáveis (poluição, espaços verdes, mobilidade sustentável, ativa e segura, segurança, etc.) e promoção da saúde (redes de saúde, organização comunitária e/ou da sociedade civil, regulações, vigilância de Doenças e Agravos Não Transmissíveis integrada, objetivos de desenvolvimento sustentável, ODS, etc.) na perspectiva e uma agenda nacional integrada entre saúde e demais políticas correlatas (educação, cidades, justiça, etc.)
- Validação da proposta da trilha de aprendizagem sobre prevenção de Doenças e Agravos não Transmissíveis, Promoção da Saúde e Desenvolvimento Sustentável como proposta de piloto no Distrito Federal.
- Adaptação do curso de advocacy do DASNT para o formato EAD auto instrucional com módulos independentes.
- Desenho e a implementação de um banco de dados de informações advindas do Sistema de Informação ao Cidadão (SIC) com temáticas referentes à Coordenação-Geral de Vigilância de Doenças e Agravos não Transmissíveis.

b) Detalhar as dificuldades, intervenções requeridas e/ou sugestões para execução do plano de trabalho, se existentes

Medidas de prevenção, distanciamento físico e controle da pandemia de Covid-19 dificultaram a realização de reuniões técnicas com especialistas e oficinas presenciais que estavam originalmente previstas nos Termos de Ajuste (TA) 1 e 2 do Termo de Cooperação 101 no período de vigência no 2º semestre de 2021.

c) Relacionar o progresso das ações programadas no PTA com o alcance do resultado esperado, considerando os indicadores e as metas:

A CGDANT segue trabalhando na avaliação da ficha de notificação, na automação de processos e em estratégias tecnológicas para a obtenção do dado de modo mais qualificado. No que se refere ao Programa Vida no Trânsito tem-se que, no período, foi disponibilizada uma turma para treinamento da Plataforma online do programa. Mas maiores avanços aguardam aprovação da portaria que reformula o programa. Esta encontra-se ainda em análise”.

2) AVALIAÇÃO DOS RESULTADOS ESPERADOS (com base na execução do plano de trabalho anual)

Resultado Esperado (RE) (definido na Matriz Lógica)	
Nº do RE/Descrição do RE:	2 Ações da Política Nacional de Promoção da Saúde implantadas e implementadas em estados e municípios.
Indicador(es)	
Descrição do(s) indicador(es)	Número de estados e municípios com ações de promoção da saúde implementadas.
Meta(s)	
Descrição da(s) meta(s)	100% dos estados e capitais e/ou municípios com população acima de 1 milhão habitantes com ações de promoção da saúde implementadas; Realização de, pelo menos 2, Seminários da Política Nacional da Promoção da Saúde. Pelo menos 1 publicação anual sobre Promoção da Saúde. Realização de pelo menos 1 reunião técnica anual para a implantação da PNPS.
Ação(ões) programada(s) e finalizada(s) para o período no Plano de Trabalho Anual	
Nº total de ações programadas para o período com base no PTA:	6
Nº total de ações finalizadas no período com base no PTA:	5

a) Comentar sobre o progresso das ações programadas no PTA:

No período, foi elaborada e lançada a Linha Editorial para a Obras Técnicas do Edital em comemoração aos 15 anos da Política Nacional de Promoção da Saúde (PNPS). Segue em processo de elaboração as Obras Técnicas: PS e as Cidades, que contou com a realização de um webinar com especialistas nacionais e internacionais e de coordenadores de experiências locais; PS e ODS, PS e Vigilância de DANT integrada e PS e Educação Permanente, que realizaram oficinas com atores estratégicos como subsídio para os E-books.

Durante o mês de novembro, foi realizado o Seminário em comemoração aos 15 anos da PNPS, organizado pelas Secretarias de Vigilância em Saúde e de Atenção Primária à Saúde em parceria com a OPAS. Durante a abertura, foi apresentado um balanço da PNPS, onde as duas secretarias do MS destacaram os diversos projetos e programas que fizeram e fazem interface com a política. Goiás, Minas Gerais, Goiânia, Guarulhos e Curitiba, mencionaram avanços e lições aprendidas durante a elaboração e implementação de políticas e ações estratégicas de promoção da saúde, destacando a importância de terem participado do processo de revisão da PNPS em 2014. Outras experiências de implementação da PNPS apresentadas, tiveram como eixos: Territórios Saudáveis, Sustentabilidade Ambiental e Biodiversidade; Municípios Saudáveis e Sustentáveis; Governança e Articulação Intersetorial; Cuidado em Rede e Promoção da Saúde; Implementação e Articulação de Programas em Nível Local e Gestão de Políticas e Planos de Promoção da Saúde. As apresentações desvelaram a potência dos territórios no desenvolvimento de políticas, programas, projetos e ações transformadoras, bem como reforçaram a importância de o Ministério da Saúde considerar as experiências dos Estados, Municípios e territórios como referências para o aperfeiçoamento de processos de implementação da política que contemplem tanto as convergências como as especificidades das diferentes regiões do país. As nove Salas Temáticas, propiciaram o compartilhamento de informações e conhecimentos e possibilitaram o aprofundamento das discussões sobre: Estratégias para municípios e cidades saudáveis; Promoção do autocuidado, Promoção da saúde, prevenção e controle do Tabagismo; Vigilância de DANT integrada: possibilidades para uma inovação na gestão em saúde; Ruas completas como estratégia de Promoção da Saúde no Trânsito; Intersetorialidade e seu papel central na Promoção da Saúde; Promoção da Saúde em tempos de pandemia da Covid-19; Estratégia de monitoramento das ações de Promoção da Saúde do Plano de Ações Estratégicas para Enfrentamento das Doenças e Agravos não Transmissíveis, Brasil- 2021-2030; Objetivos do Desenvolvimento Sustentável: caminhos para a construção integrada da Agenda 2030 no país na perspectiva da Promoção da Saúde. A realização do Seminário foi um marco para a promoção da saúde no país. Entre as reivindicações e encaminhamentos, foi proposta a realização de Seminários anuais sobre a PNPS.

Durante o semestre, como ação do Plano de Trabalho da Comissão Intergovernamental de Doenças Não Transmissíveis do Mercosul, foi elaborada uma resolução que contemplou dois objetivos que abarcam a promoção da saúde: 1 - Fortalecer ações de vigilância em saúde para orientar políticas públicas para prevenção e controle das DCNT e seus fatores de risco, promoção da saúde e bem estar, de forma integrada e 2 - Promover estudos e ferramentas para viabilizar a implementação de estratégias custo efetivas de promoção da saúde e enfrentamento das DCNT

visando o alcance das metas dos ODS.

Quanto a agenda de interiorização dos ODS, o planejamento realizado deu origem a três Termos de Referência para a elaboração da metodologia e aplicação junto aos municípios, em 2022. Espera-se que esta pauta seja articulada com a agenda da Rede Colaborativa para o desenvolvimento e Municípios, Cidades, Comunidades e Territórios Saudáveis e Sustentáveis.

Também para 2022, serão reprogramadas a publicação das Obras Técnicas do Edital em comemoração aos 15 anos da PNPS, a articulação com a RIPSA e a organização de um novo curso sobre mensuração e análise de desigualdades em saúde e fatores e risco para as DANT. Está em análise a possibilidade de reformulação do plano de advocacy da coordenação de DANT, para 2022.

b) Detalhar as dificuldades, intervenções requeridas e/ou sugestões para execução do plano de trabalho, se existentes

A necessidade de ajustes dos projetos, para melhor alinhamento à proposta de guias para a implementação da PNPS, bem como a preparação e entrega dos documentos previstos no instrutivo de Cartas Acordo, especialmente pelas instituições que ainda não haviam realizado este tipo de trabalho com a OPAS, levou a um atraso na tramitação dos contratos e, conseqüentemente, na elaboração e publicação das Obras Técnicas. Foi realizado um esforço extra da Organização, do Comitê Organizador e das Equipes de Curadoria para apoiar as instituições na preparação da documentação, esclarecimento de dúvidas e adequação dos projetos. O referido esforço de suporte teve como intuito contribuir com a mobilização de novos atores e instituições para compor uma rede colaborativa para a implementação da PNPS. Entretanto, questões internas às instituições e coordenações dos projetos como, mudanças na gestão, dificuldade na disponibilização dos documentos e na adequação dos projetos, impossibilitou a tramitação de algumas Cartas Acordo. Recomenda-se para processos futuros que os objetivos, critérios e orientações estejam mais claros e compreensíveis no Edital. Quanto à RIPSA, será realizado um esforço de integração ao processo de retomada dos trabalhos da rede, que está sendo coordenado por outro departamento do MS.

c) Relacionar o progresso das ações programadas no PTA com o alcance do resultado esperado, considerando os indicadores e as metas:

As ações desenvolvidas no período contribuíram para o alcance das metas previstas em ambos os Termos de Ajuste do TC. No período, foi realizado o Seminário Nacional em comemoração aos 15 anos da PNPS que contemplou diferentes componentes da PNPS, incluindo a vigilância. Em relação às publicações, espera-se para o primeiro semestre de 2022 a publicação de pelo menos três Obras Técnicas referentes ao Edital em comemoração dos 15 anos da PNPS que estão em fase de finalização. Destaca-se que as Obras Técnicas/Cadernos estão sendo elaboradas para impulsionar a implementação da PNPS junto aos Estados e Municípios, com enfoque na atuação local de gestores e equipes de saúde com a participação das comunidades, contribuindo para o alcance da meta de implementação de ações de promoção da saúde nos territórios. Segue, no entanto, a recomendação de revisão das metas e indicadores da Matriz Lógica para este RE, considerando a reconfiguração relacionada à coordenação da PNPS no âmbito do MS.

3) AVALIAÇÃO DOS RESULTADOS ESPERADOS (com base na execução do plano de trabalho anual)

Resultado Esperado (RE) (definido na Matriz Lógica)		
Nº do RE/Descrição do RE:	3	Bases de dados integradas e sistemas de Informação aprimorados.
Indicador(es)		
Descrição do(s) indicador(es)	Aumento do percentual de registro de óbitos com causa definida nos estados Aumento da Cobertura do SINASC e qualidade do preenchimento da declaração de óbito e de nascido vivo.	
Meta(s)		
Descrição da(s) meta(s)	95 % de causa definida de óbito SIM, 99% de cobertura do SINASC, Desencadear ao menos 1 atividade anual de busca ativa de nascimentos e óbitos nos Estados e Municípios orientada por bases de dados integradas com outros setores. Realização de pelo menos 1 encontro anual para qualificação da causa de óbito.	
Ação(ões) programada(s) e finalizada(s) para o período no Plano de Trabalho Anual		
Nº total de ações programadas para o período com base no PTA:		7
Nº total de ações finalizadas no período com base no PTA:		7

a) Comentar sobre o progresso das ações programadas no PTA:

e-SUS Notifica: No segundo semestre de 2021 foram implementadas melhorias evolutivas no e-SUS Notifica para adequar a ficha de notificação de casos de síndrome gripal leve e moderada suspeitos de Covid-19, e também para a implantação de novos módulos, conforme descrito a seguir:

- Lançamento da nova versão do eSUS Notifica no dia 08 de setembro de 2021 com as seguintes melhorias e evoluções:

- o Acesso ao e-SUS Notifica via autenticação gov.br;
- o Retorno da funcionalidade de autocompletar, a partir dos níveis de autenticação gov.br ou seja, usuário com os níveis de autenticidade prata ou ouro terão acesso à funcionalidade de autocompletar no momento da digitação do CPF da pessoa na ficha de notificação;
- o Inclusão de outras possibilidades de seleção (Município de Residência; Evolução do caso; Classificação final; e Resultados de todos os exames da ficha) no Filtro Avançado na tela de Visualizar Notificações, além de permitir a múltipla seleção de categorias dos campos: Estado do Teste; Tipo de Teste; Resultado do Teste; Evolução do caso; e Classificação final.
- o Alteração na ordem das categorias do campo “Sintomas”, ou seja, a categoria Assintomático passou a ser a primeira;
- o Inclusão de campos sobre referentes a estratégia e local de realização da testagem.
- o Inclusão de campos referentes à vacina Covid-19. Esses campos serão preenchidos automaticamente pelo sistema quando o usuário digitar o CPF ou o CNS do paciente.
- o Inclusão de novas categorias no campo Tipo de Teste: RT-LAMP; Teste rápido anticorpo IgM; Teste rápido anticorpo IgG.
- o Inclusão dos campos Fabricante e Lote para o teste rápido de antígeno;
- o Inclusão de regra nos campos Resultado do teste e Classificação Final: Quando o campo “Resultado do teste” for igual a “Detectável” para os testes RT-PCR ou RT-LAMP, automaticamente o campo “Classificação Final” será preenchido com a categoria “Confirmado Laboratorial”. Entretanto, o gestor municipal poderá alterar a Classificação Final, se necessário;
- o Cadastro vinculado ao CNES.

- Atualização dos materiais técnicos do sistema, como dicionário de dados, tutorial de navegação e do instrutivo de preenchimento da ficha de notificação de covid-19.
- Atualização do manual de integração por meio do Robô Notifica.
- Realização de 03 webconferências com as referências estaduais e das capitais a respeito da nova versão do eSUS Notifica.
- Homologação assistida com técnicos indicados pelo CONASS e CONASEMS para validação/aprovação das alterações ocorridas na nova versão do sistema.
- Desenvolvimento do módulo de visualização dos exames de covid-19 via RNDS (em andamento);
- Desenvolvimento do painel de visualização de informações de notificações enviados via Robô Notifica por sistemas de informação próprios dos seguintes estados: PR, ES SC (Florianópolis); RS (Porto Alegre) e Palmas (TO) (em andamento).
- Integração com a RNDS: aprimoramento do sistema para atender às necessidades previstas na portaria nº 1.792 de 17/07/2020 que versa sobre a obrigatoriedade de notificação ao Ministério da Saúde de todos os resultados de testes diagnóstico para SARS-CoV-2 realizados por laboratórios em todo território nacional (em andamento).
- Disponibilização do Portal de Serviços para acesso à base de dados via API para municípios com mais de 300 mil habitantes.
- Elaboração de nota técnica nº 215/2021 sobre o preenchimento do campo “Povos e comunidades tradicionais” no eSUS Notifica em parceria com a COGE/DESF/SAPS.
- Participação em 02 treinamentos de profissionais dos estados no módulo de monitoramento de contatos em parceria com a CGPNI/DEIDT.

SIM e SINASC: Foram realizadas ações contínuas para agilizar, acompanhar e monitorar a atualização e a integridade dos dados do Sistema de Informações sobre Nascidos Vivos – Sinasc e do Sistema de Informações sobre Mortalidade – SIM, visando a garantia da tempestividade dos dados coletados e enviadas por estados, municípios e o Distrito Federal para compor a base federal desses sistemas de informação no âmbito do Ministério da Saúde. A partir dessas ações, foram elaborados relatórios, a saber:

- Avaliação do indicador de proporção de registros de óbitos alimentados no Sistema de Informações sobre Mortalidade (SIM) e Sistema de Informações sobre Nascidos Vivos (Sinasc) em relação ao estimado, recebidos na base federal em até 60 dias após o final do mês de ocorrência do Programa de Qualificação das Ações de Vigilância em Saúde (PQA-VS) no ano de 2020 em comparação ao ano de 2019;
- Elaboração e envio dos relatórios preliminares e final do PQA-VS referente ao SIM do ano de 2020, em que 3.396 municípios alcançaram a meta no primeiro resultado preliminar (jan a jun), 4.703 municípios alcançaram a meta no segundo resultado preliminar (jan a set) e 4.073 municípios alcançaram a meta no resultado final (jan a dez).
- Para o SINASC, também foram elaborados e enviados os relatórios preliminares e final do PQA-VS do ano de 2020, em que 3.339 municípios alcançaram a meta no primeiro resultado preliminar (jan a jun), 3.733 municípios alcançaram a meta no segundo resultado preliminar (jan a set) e 2.730 municípios alcançaram a meta no resultado final (jan a dez).
- Avaliação do monitoramento da regularidade na alimentação dos sistemas SIM e Sinasc, para fins de manutenção do repasse de recursos do Piso Fixo de Vigilância em Saúde (PFVS) e do Piso Variável de Vigilância em Saúde (PVVS) do Bloco de Vigilância em Saúde no ano de 2020.
- Foram entregues os relatórios mensais referente ao ano de 2020, com a síntese da avaliação de UF e municípios, quanto a regularidade na alimentação dos sistemas SIM e Sinasc.
- Análise de completude dos campos que compõem o Sistema de Informações sobre Nascidos Vivos (Sinasc) e o Sistema de Informações sobre Mortalidade (SIM), no ano de 2020.
- Foi elaborado e compartilhado um guia para orientar gestores e técnicos das Secretarias Municipais e Estaduais de Saúde quanto ao tratamento das bases de dados do SIM e do Sinasc, visando ao aprimoramento da qualidade dos dados de mortalidade e de natalidade do Brasil de 2020. Esse guia contribuiu para que o Ministério da Saúde, com a colaboração adicional das SES e das SMS, tivesse a oportunidade de publicar, com o máximo de qualidade possível, as versões finais dos bancos de dados de disseminação do SIM e do Sinasc, referente ao ano de 2020, conforme determina a Portaria 116/2009 do Ministério da Saúde.
- Foi publicado nos meios de disseminação oficiais os bancos de dados do Sinasc e SIM em versão preliminar.
- O Sistema de Informações sobre Mortalidade (SIM) foi atualizado para permitir a notificação de óbitos por Covid-19,

o que incluiu a habilitação dos novos códigos da Classificação Internacional de Doenças - CID-10, definidos pela Organização Mundial de Saúde, como os códigos relacionados à Síndrome Inflamatória Multissistêmica Pediátrica (SIM-P), condição pós-Covid-19, eventos adversos pós-vacinação contra Covid-19 e reincidência de Covid-19.

- Retomada das ações relacionadas à homologação das versões 4.0 (online) do SIM e do Sinasc que havia sido comprometido pela pandemia. Devido às dificuldades para a reprogramação das ações conforme o planejamento inicial para o segundo semestre de 2021, optamos por uma versão 4.0 simplificada e mudamos o cenário para homologar e treinar as equipes somente para a saúde indígena de maneira a compensar os atrasos ocorridos.

- Desenvolvimento de um scripting para localização de registros de pessoas possivelmente não identificadas no SIM, visando a análise e cruzamento com informações de pessoas desaparecidas para a possível identificação de óbito de pessoa desaparecida.

- Ampliação do prazo de 90 dias para encerramento da base de dados do SIM e do SINASC do ano de 2020, conforme a Portaria SVS nº 39, de 16 de dezembro 2021, disponível em: <https://www.in.gov.br/en/web/dou/-/portaria-svs-n-39-de-16-de-dezembro-de-2021-368329197>. Dessa forma, estados e municípios receberam mais tempo para qualificar as bases de dados supracitadas.

SINAN: Atualmente é possível notificar as doenças e agravos constantes na Portaria GM/MS nº 1.061, de 18 de maio de 2020, sendo facultado aos estados e municípios a inclusão de outros problemas de saúde importantes em sua região. No segundo semestre de 2021, foram registradas 1.866.869 notificações (39% de dengue) e no segundo semestre 928.179 registros (38% - 19% de acidente por animal potencialmente transmissor da raiva e 19% de dengue), totalizando 2.795.048 notificações no Sinan (versões NET e Online). Atividades desenvolvidas:

§ Análises realizadas, considerando diferentes cenários, permitiram a identificação de divergências entre as bases de dados estaduais e federal relacionadas ao recebimento de lotes do Sinan no Ministério da Saúde – MS. A partir desse trabalho, realizado em parceria com as áreas técnicas, responsáveis pela vigilância de doenças e agravos na SVS e Unidades da Federação, foram realizadas análises de impactos e a solicitação ao DATASUS de reprocessamento de lotes específicos; a atualização da tabela de Classificação Nacional de Atividades Econômicas (CNAE); a análise e verificação dos erros que ocorreram nos lotes em relação à tabela CNAE e demandas de manutenção (corretiva e evolutiva) do aplicativo auxiliar SAPSS – Sistema de Acompanhamento e Produção Sisnet/Sinan. O desenvolvimento das demandas foi acompanhado semanalmente pela Unidade Técnica do Sinan.

§ Foram disponibilizados semanalmente as bases completas e anonimizadas dos sistemas Sinan e e-SUS VS do Espírito Santos nas pastas de compartilhamento dos dados do Sinan específicas para cada doença/agravo, nos servidores \srvdf035\GTSINAN_CI\ e \srvdf035\GTSINAN do MS. Para a anonimização das bases do e-SUS VS, foram elaborados 33 scripts.

§ Durante o ano de 2021 foram atualizadas as bases de dados do Sinan, disponibilizadas pelas áreas técnicas, para tabulação com auxílio do Tabnet e Tabwin (microdados) de 41 doenças/agravos.

§ Foram realizados onze monitoramentos da regularidade na alimentação do sistema de informação Sinan, com auxílio do Sinan Relatórios e SAPSS. Para os dados do e-SUS VS Espírito Santo (sistema próprio), o monitoramento foi realizado por meio da Microsoft Office 365 – Excel. Foi elaborado, como método auxiliar, um script para automatização do monitoramento provenientes deste sistema;

§ Em junho, foi entregue o resultado final de 2020 e em dezembro, os dados preliminares de 2021 do indicador 06 do PQA-VS “Proporção de casos de doenças de notificação compulsória imediata nacional (DNCI) encerrados em até 60 dias após notificação” – PQA-VS a partir de dados do Sinan. Para os dados do e-SUS VS, Espírito Santo, o cálculo foi realizado por meio da Microsoft Office 365 – Excel;

§ Em relação as atividades dos guardiões das bases de dados do Sinan no âmbito da Sala de Acesso Restrito em atendimento à Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (LGPD), foram disponibilizadas seis bases (Zika, LTA, violências e 3 de hanseníase) para linkage.

RESP-Microcefalia: No segundo semestre de 2021, as seguintes ações foram realizadas, considerando o Registro de Eventos em Saúde Pública (RESP-Microcefalia):

- Foram iniciadas e desenvolvidas as atividades de guardiões da base de dados do RESP-Microcefalia no âmbito da Sala de Acesso Restrito em atendimento à Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (LGPD);

- Foi realizada uma revisão da base de dados do RESP-Microcefalia que estava sendo exportada através da plataforma

BI-RESP. A fim de melhorar a análise dos dados em âmbito federal e estadual, foi solicitado ao DEMAS, responsável pelo BI-RESP, que a base de dados do RESP-Microcefalia fosse exportada de forma completa, contendo todos os campos presentes no formulário de notificação dos casos.

- Disponibilização dos dados sobre casos suspeitos de Síndrome Congênita associada à infecção pelo vírus Zika, provenientes do RESP – Microcefalia para tabulação no TABNET (<https://bit.ly/2VXdjI5>);
- Disponibilização da base de disseminação do RESP - Microcefalia, dicionário de dados e arquivos DEF e CNV para tabulação no TABWIN (<https://bit.ly/3kHMsKv>);
- Atualização e divulgação junto aos estados do Manual de Operação do RESP-Microcefalia v.2.0 (<https://bit.ly/336g7X6>);
- Elaboração de uma avaliação de sistema relativa ao RESP – Microcefalia;

Análise das duplicidades de casos notificados no RESP – Microcefalia desde 2015 até 2021 e solicitação de revisão destes casos pelas UF.

b) Detalhar as dificuldades, intervenções requeridas e/ou sugestões para execução do plano de trabalho, se existentes

Devido à epidemia de Covid-19, iniciada em março de 2020, o cronograma de ações relacionadas à homologação das versões 4.0 (online) do SIM e do Sinasc foi comprometido e foi necessário uma reprogramação dessas ações de maneira a compensar os atrasos ocorridos. As dificuldades encontradas até o momento para desenvolver as atividades do SINAN estão sendo contornadas em parcerias e apoio com áreas envolvidas.

c) Relacionar o progresso das ações programadas no PTA com o alcance do resultado esperado, considerando os indicadores e as metas:

As ações programadas no Plano de Trabalho Anual (PTA) foram realizadas de forma parcial comprometendo, desta forma, o alcance das metas no segundo semestre de 2021.

4) AVALIAÇÃO DOS RESULTADOS ESPERADOS (com base na execução do plano de trabalho anual)

Resultado Esperado (RE) (definido na Matriz Lógica)		
Nº do RE/Descrição do RE:	4	Produção e análise da situação de saúde realizada.
Indicador(es)		
Descrição do(s) indicador(es)	Publicações de análise de situação de saúde.	
Meta(s)		
Descrição da(s) meta(s)	Realização de 20 publicações anuais sobre análise de situação de saúde.	
Ação(ões) programada(s) e finalizada(s) para o período no Plano de Trabalho Anual		
Nº total de ações programadas para o período com base no PTA:		4
Nº total de ações finalizadas no período com base no PTA:		3

a) Comentar sobre o progresso das ações programadas no PTA:

No segundo semestre de 2021, foram elaborados 06 boletins epidemiológicos sobre os seguintes temas: (i) “Mortalidade infantil no Brasil”; ii) “Mortalidade de Jovens no Brasil”; iii) “Mortalidade de idoso no Brasil”; iv) “Perfil epidemiológico dos óbitos fetais no Brasil entre 2010 e 2019”; (v) Perfil de mortalidade de pessoas com albinismo no Brasil; e (vi) anomalias congênitas e produção de caderno para RIPSAs – “Mortalidade por covid-19”.

A seguir, são listados os artigos ou capítulos de livro elaborados ou submetidos para publicação:

- Sistema de Informações sobre Nascidos Vivos: características, evolução e aplicabilidade (submetido).
- Sistema de Informações sobre Mortalidade: breve histórico e características gerais (submetido).
- Mortalidade infantil no Brasil: descrição da métrica de correção para o cálculo de indicadores do Ministério da Saúde (Artigo finalizado, mas ainda não submetido).

- Mortalidade perinatal no Brasil em 2018: análise epidemiológica segundo a classificação de Wiggleworth modificada (Aceito para publicação no periódico em Cadernos de Saúde Pública).
- Registros nacionais de anomalias congênitas no mundo: aspectos históricos e operacionais” (<https://bit.ly/3ly070k>) (publicado no 2º semestre de 2021).
- Registro de Eventos em Saúde Pública (RESP-Microcefalia): histórico e descrição da principal fonte de dados para a vigilância da Síndrome Congênita associada à infecção pelo vírus Zika no Brasil (Artigo finalizado, mas ainda não submetido).
- Congenital anomalies in Brazil, 2018: estimating the prevalence at birth based on data from the vital statistics information systems (Artigo finalizado, mas ainda não submetido).
- Capítulo nº 3 do Saúde Brasil 2020/2021 intitulado “Doenças raras e anomalias congênitas: análise a partir dos sistemas de informações sobre nascidos vivos e mortalidade, 2010 a 2018” (<https://bit.ly/3EAo3Ob>) (livro publicado).
- Capítulo nº 4 do Saúde Brasil 2020/2021 intitulado “Principais causas de morte dos casos confirmados para Síndrome Congênita pelo vírus Zika no Brasil entre 2015 e 2020” (<https://bit.ly/3EAo3Ob>) (livro publicado).
- Livro “Saúde Brasil 2020/2021 - Anomalias congênitas prioritárias para vigilância ao nascimento”, que foi idealizado e desenvolvido pela CGIAE/DASNT, sendo composto por 25 capítulos, dos quais 11 capítulos têm autoria de técnicos da CGIAE/DASNT, sendo os demais elaborados por especialistas na temática das anomalias congênitas (<https://bit.ly/3y5zD1i>).
- Capítulo nº 1 do Guia de Vigilância em Saúde 5ª edição intitulado “Vigilância de Anomalias Congênitas ao Nascimento” (livro publicado).
- Capítulo nº 7 do Guia de Vigilância em Saúde 5ª edição intitulado “Síndrome Congênita associada à infecção pelo vírus Zika” (livro publicado).

A seguir, são listados os projetos iniciados ou finalizados:

- Projeto de "Mortalidade Materna" em parceria com a UFMG (em curso).
- Proposta para nova metodologia para o monitoramento da regularidade na alimentação dos sistemas de Informação sobre Nascidos Vivos (Sinasc) e Mortalidade (SIM) e monitoramento dos Indicadores 1 (SIM) e 2 (Sinasc) no Programa de Qualificação das Ações de Vigilância em Saúde (PQA-VS) (em curso).
- Projeto-piloto “Vigilância e Atenção em Anomalias Congênitas”, que está sendo desenvolvido no estado do Rio Grande do Sul, em parceria com Universidade Federal do Rio Grande do Sul, por meio de Carta Acordo com a Opas (em curso).
- Projeto em parceria com a UFMG (GBD-Brasil) para correção das estimativas de mortalidade nos dados do SIM, considerando dados faltantes, sub-registro e causas inespecíficas, por meio de Carta Acordo com a Opas (em curso).
- Firmado Acordo de Cooperação Técnica (ACT) a ser celebrado entre o MS, representado pela CGIAE/DANST, e o Comitê Internacional da Cruz Vermelha - CICV para caracterização do perfil epidemiológico de óbitos de pessoas não identificadas nas bases de dados do Sistema de Informações sobre Mortalidade – SIM, do período de 2015 a 2020, a partir do desenvolvimento de algoritmo para seleção de tais óbitos no SIM.

b) Detalhar as dificuldades, intervenções requeridas e/ou sugestões para execução do plano de trabalho, se existentes

As dificuldades encontradas para desenvolver as atividades foram contornadas em parcerias e apoio com áreas envolvidas.

c) Relacionar o progresso das ações programadas no PTA com o alcance do resultado esperado, considerando os indicadores e as metas:

As dificuldades encontradas para desenvolver as atividades foram contornadas em parcerias e apoio com áreas envolvidas.

5) AVALIAÇÃO DOS RESULTADOS ESPERADOS (com base na execução do plano de trabalho anual)

Resultado Esperado (RE) (definido na Matriz Lógica)	
Nº do RE/Descrição do RE:	5 Vigilância do óbito materno e infantil e Rede Nacional de Serviços de Verificação de Óbitos (SVO) ampliados.
Indicador(es)	
Descrição do(s) indicador(es)	Aumento na proporção de óbitos investigados de mulheres em idade fértil, infantis e fetais e aumento de óbitos atestados e notificados pelos SVO's e ODS 3.1 e 3.2.
Meta(s)	
Descrição da(s) meta(s)	100% dos médicos patologistas pertencentes à rede nacional dos serviços de verificação do óbito capacitados para o correto diagnóstico de causas de morte e notificações de doenças/agravos de importância epidemiológica por meio de 1 treinamento anual. Realização de 10 visitas técnicas anuais para o monitoramento dos serviços. Revisão de 1 publicação científica com diretrizes para os serviços (SVO). Manutenção do painel WEB de monitoramento semestral dos dados produzidos pelo SVO.
Ação(ões) programada(s) e finalizada(s) para o período no Plano de Trabalho Anual	
Nº total de ações programadas para o período com base no PTA:	3
Nº total de ações finalizadas no período com base no PTA:	2

a) Comentar sobre o progresso das ações programadas no PTA:

No segundo semestre de 2021, os principais produtos referentes à vigilância do óbito materno e infantil e Rede Nacional de Serviços de Verificação de Óbito foram:

- Elaboração do manual de vigilância de óbito para causa inespecífica no Brasil a partir do protocolo adotado durante a execução do projeto que envolveu 60 cidades brasileiras que, por sua vez, fez parte do Projeto Dados para a Saúde realizado em parceria entre MS, UFMG, Bloomberg e Vital Strategies.
- Levantamento e análise dos cursos ofertados pelo Ministério da Saúde que apresentam interface com a Vigilância do Óbito.
- Proposta de estruturação da estratégia de educação permanente, no contexto da vigilância do óbito, voltada para os profissionais de saúde que atuam nas esferas municipal e estadual da gestão do SUS.
- Cálculo dos indicadores de oportunidade de notificação de óbitos maternos e infantis (até 30 dias da data de ocorrência) referente ao ciclo de avaliação de abril de 2021, realizado a partir dos dados do SIM de abril de 2020. Tais indicadores fazem parte do Plano Nacional de Saúde 2020-2023 e são monitorados por meio do Sistema de Monitoramento e de Planejamento (SIPLAM), sob gestão da Secretaria Executiva do MS.
- Participação na elaboração do projeto para capacitação de equipes de saúde do SUS no tema pré-natal a ser implantado pela iniciativa denominada "FORÇA PRÉ-NATAL DO SUS" liderado pela coordenação da saúde da mulher no âmbito do Ministério da Saúde.
- Elaboração do capítulo com orientações sobre investigação da mortalidade infantil como parte integrando do Guia de Vigilância em Saúde 2021.
- Realização de reuniões técnicas em forma de assessoria as equipes da vigilância do óbito (GO; MA; BA; SE; AM; PA; PR; SC; MS; MT; RN; AL) na modalidade on line.
- Participação no grupo de trabalho formado por MS e SESAI para elaboração de proposta de iniciativa educacional para o fortalecimento da vigilância do óbito materno e infantil direcionada às equipes da assistência, vigilância e atenção à saúde de povos indígenas (atividade realizada de janeiro a março/2021, finalizada com entrega da proposta à SESAI).
- Elaboração de projeto – modalidade Carta Acordo – com a Fundação Faculdade de Medicina de São Paulo, para treinamentos de patologista que atuam em SVO Credenciados a RNSVO, no método de Autópsia Minimamente Invasiva (AMI), correspondente ao montante de \$USD 100.000,00.
- Publicação do documento intitulado "Manual de Vigilância do Óbito no Contexto da Síndrome Inflamatória Multissistêmica Pediátrica (SIM-P) associada à Covid-19", disponível em: https://www.gov.br/saude/pt-br/coronavirus/publicacoes-tecnicas/guias-e-planos/manual_obito_09_2021.pdf/view uma pareceria com setores (Coordenação-Geral do Programa Nacional de Imunização, Coordenação-Geral de Saúde da Criança e outros) responsáveis pelo tema.
- Desenvolvimento de assessoria técnica e acompanhamento na elaboração das propostas de projeto para construção

de SVO no Brasil. Sendo homologado para convênio junto ao Fundo Nacional de Saúde (FNS) 17 projetos no ano de 2021 cujo montante é da ordem de R\$ 23.800.000,00.

- Realização de 6 reuniões com as equipes dos Serviços de Verificação de Óbito e Esclarecimento da Causa Mortis - SVO sobre orientações quanto à execução financeira do incentivo de custeio viabilizado pela Portaria nº 2.625, de 28 de setembro de 2020, relacionada ao fortalecimento dos SVO no contexto da Emergência em Saúde Pública de Importância Nacional (ESPIN) decorrente da Covid-19 modalidade on line.

- Realização de 5 visitas de supervisão aos SVO credenciados a RNSVO (Brasília-DF; Anápolis-GO; Ceres-GO; Goiânia-GO; Uruaçu-GO) e visita para conhecer as iniciativas e instalações do Serviço de Autopsia de Curitiba – PR.

b) Detalhar as dificuldades, intervenções requeridas e/ou sugestões para execução do plano de trabalho, se existentes

As dificuldades encontradas para desenvolver as atividades foram contornadas em parcerias e apoio com áreas envolvidas.

c) Relacionar o progresso das ações programadas no PTA com o alcance do resultado esperado, considerando os indicadores e as metas:

Um dos progressos foi a aprovação do projeto para treinamento no método de Autópsia Minimamente Invasiva (AMI) para treinamentos de 30 patologistas e de 12 multiplicadores que atuam em serviços credenciados à RNSVO, abrangendo todas as regiões do país até final de 2022. Espera-se com esse projeto ampliar o uso da técnica de AMI na rede credenciada.

4.2 RESUMO SEMESTRAL: 2º SEMESTRE

RE	Ações programadas	Ações finalizadas	Ações adiadas/canceladas	% estado de avanços das ações
1	6	5	1	80%
2	6	5	1	90%
3	7	7	0	80%
4	4	3	1	75%
5	3	2	1	75%
Total:	26	22	4	80%

5. RESUMO ANUAL

5.1 AVALIAÇÃO DOS RESULTADOS ESPERADOS (com base na execução do plano de trabalho anual)

1) Situação do progresso das ações programadas, finalizadas com relação ao PTA

Avaliação geral das ações programadas no ano				
Situação do projeto	1º semestre de 2021	2º semestre de 2021	Anual 2021	
Nº total de RE com ações programadas no período	5	5	5/5	
Nº total de ações programadas	23	26	49	
Nº total de ações finalizadas	15	22	37	
RE	Ações programadas	Ações finalizadas	Ações adiadas/canceladas	% estado de avanços das ações
1/1	12	8	4	70%

RE	Ações programadas	Ações finalizadas	Ações adiadas/canceladas	% estado de avanços das ações
2/2	8	7	1	90%
3/3	15	13	2	77%
4/4	8	5	3	67%
5/5	6	4	2	72%
Total:	49	37	12	75%

5.2 CONTRIBUIÇÃO ÀS PRIORIDADES DO GOVERNO E AO PLANO ESTRATÉGICO DA OPAS

Quanto às prioridades de governo, destacam-se:

- PROGRAMA: 5023 - Vigilância em Saúde
- OBJETIVO: 1200 - Reduzir ou controlar a ocorrência de doenças e agravos passíveis de prevenção e controle

Quanto às contribuições ao Plano Estratégico da OPAS, destacam-se os seguintes Resultados Imediatos (RIM) e respectivos indicadores:

- 6.2 Países e territórios habilitados para estabelecer procedimentos normalizados de trabalho, protocolos ou diretrizes nacionais a fim de fortalecer a resposta dos sistemas de saúde à violência (Indicador 6.2.a: Número de países e territórios que aplicam procedimentos normalizados de trabalho, protocolos ou diretrizes nacionais para a resposta do sistema de saúde à violência, em consonância com as diretrizes do OPAS e do OMS).
- 15.1 Países e territórios habilitados a fortalecer políticas e leis multissetoriais que promovem a segurança viária e reduzem os fatores de risco relacionados (Indicador 15.1.a: Número de países e territórios que possuem leis ou regulamentos de segurança viária para os cinco principais fatores de risco: velocidade, direção embriagada, uso de capacete em motociclistas, cinto de segurança e uso de dispositivos retenção para crianças).
- 15.2 Fortalecer a capacidade dos principais setores de prevenir a violência por meio da colaboração multissetorial (Indicador 15.2.a: Número de países e territórios que estão implementando um plano ou política nacional multissetorial para prevenir e responder à violência que abrange pelo menos os setores de saúde, justiça, serviços sociais e educação)
- 18.1 Países e territórios habilitados para abordar os determinantes sociais da saúde. (Indicador 18.a: número de países e territórios que elaboraram políticas, planos, programas e projetos de saúde nacionais, subnacionais e locais para abordar os Determinantes Sociais da Saúde e as desigualdades/iniquidades.)
- 19.4 Países e territórios habilitados para promover a saúde de maneira sistemática dentro e fora do setor saúde. (Indicador 19.4.a: Número de países e territórios que aplicam uma política nacional de promoção da saúde).
- 20.1 Países e territórios com poderes para desenvolver e executar planos nacionais para fortalecer sistemas de informação em saúde baseados em avaliação (Indicador 20.1 a: Número de países e territórios que realizaram uma avaliação e desenvolveram um plano para fortalecer os sistemas de informação em saúde)
- 20.2 Países e territórios com poderes para adotar e executar planos de ação nacionais para fortalecer a qualidade e a cobertura de estatísticas vitais (Indicador 20.2.a: Número de países e territórios que executam um plano de ação atualizado para fortalecer a qualidade e a cobertura de estatísticas vitais)
- 26.2 Países e territórios habilitados para executar políticas, planos e estratégias a fim de impulsionar a equidade em saúde. (Indicador 26.2.a: Número de países e territórios que executam políticas, planos e estratégias para impulsionar a equidade em saúde).

5.3 LIÇÕES APRENDIDAS/RECOMENDAÇÕES

A articulação entre os Departamentos Análise de Situação de Saúde e Agravos Não Transmissíveis e o Departamento de Promoção da Saúde na execução do Edital e na organização e realização do Seminário em Comemoração aos 15 anos da Política Nacional de Promoção da Saúde, com o apoio da OPAS, reforçou a relevância da intrasetorialidade para o alcance de objetivos e resultados. Algumas dificuldades identificadas durante a execução do Edital demonstraram a importância de transcrever objetivos e demais itens de maneira mais objetiva e inteligível, de forma a gerar o mínimo possível de dúvidas. Também foi notória a dificuldade das instituições que se inscreveram, em alinhar os projetos à operacionalização PNPS, de forma promover a abordagem integrada dos componentes da política e ainda em fazer a tradução do conhecimento acadêmico e da teoria para orientar práticas concretas nos territórios. Será importante considerar estes pontos em processos futuros de apoio à implementação da PNPS.

5.4 EXECUÇÃO FINANCEIRA (de acordo com o relatório financeiro oficial da OPAS/OMS)

Recursos repassados:	US\$ 6091121.60
Recursos desembolsados:	US\$ 2308036.53
Pendente de pagamento:	US\$ 886890.36
Saldo:	US\$ 2896194.71